

MARAGATOS DOS CAMPOS GERAIS,  
RAZÕES QUE LEVARAM ALGUNS  
SETORES DA SOCIEDADE PARANAENSE  
A ADERIR À REVOLUÇÃO FEDERALISTA  
(1893-1895).

*Rafael Augustus Sêga*<sup>1</sup>

RESUMO

O presente artigo procura trazer luz sobre a importância da Revolução Federalista na história do Paraná. Quando a República brasileira foi instalada, no Rio Grande do Sul preponderou o ideal positivista. A constituição estadual gaúcha (elaborada pelo governador Júlio de Castilhos - indicado pelo governo provisório) estabelecia um jogo perverso de poderes, um Executivo centralizador, um Legislativo restrito a examinar a aplicação das verbas do orçamento e um Judiciário subordinado ao Executivo; este poderia ser reeleito irrestritamente. Com a deposição do Marechal Deodoro, Castilhos procurou conquistar a simpatia de Floriano, preparando uma perseguição aos federalistas, liderados por Gaspar da Silveira Martins, ex-ministro do Império. A reação veio em forma de luta armada, que atingiria os três Estados do sul do País. De um lado os federalistas, ou "maragatos", e de outro os castilhistas, ou "chimangos", com o reforço das tropas federais ("pica-paus"). Com o apoio dos revoltosos "da Armada" a favor dos federalistas, a luta recrudescceu. Os combates continuaram até agosto de 1894, quando o líder guerrilheiro Gumercindo Saraiva morreu em combate. A partir daí, as forças federais somaram vitórias e desbarataram os focos maragatos. No Paraná, o governador Vicente Machado transferiu a capital para Castro, deixando Curitiba à mercê das forças rebeldes, que acabaram invadindo-a e exigindo um resgate para não saquear a cidade, a missão de juntar o dinheiro foi levada a cabo por Ildefonso Pereira Corrêa, o Barão do Cerro Azul, mais tarde assassinado. O escopo dessa publicação é tentar explicar o porquê das razões que levaram alguns setores da sociedade paranaense a aderir ao lado dos federalistas.

---

<sup>1</sup> **Rafael Augustus Sêga** é mestre em História do Brasil e professor do Cefet-PR/ Unidade de Pato Branco.

## ABSTRACT

The present article intends to shed some light on the importance of the Federalist Revolution in the history of Paraná. When the Brazilian Republic was set up, the positivistic ideal predominated over Rio Grande do Sul. The State Constitution of Rio Grande do Sul (elaborated under Governor Julio de Castilhos – who was nominated by the temporary government) established a pervert game of powers, i.e., a centralizer Executive Power, a Legislative Power restricted to examine the budget administration, and a Judiciary Power subordinated to the Executive, which could be reelected unqualifiedly. After the deposition of Marshall Deodoro, Castilhos tried to gain Floriano's liking, arranging a persecution to the Federalists, led by Gaspar da Silveira Martins, former minister of the Empire. The reaction burst through armed fighting, which would affect the southern states of the country. On the one side were the Federalists, or "Maragatos", and on the other side the Castilhistas, or "Chimangos", with reinforcements of federal troops ("Pica-paus"). The fighting grew worse due to the Federalists being supported by the rebels of the "Armada". The combats kept on until August, 1894, when the guerrilla leader Gumerindo Saraiiva died on war front. Since then, the federal forces experienced victories and defeated the hotbeds of Maragatos. In Paraná, Governor Vicente Machado transferred the Capital City to Castro, leaving Curitiba at the mercy of the rebel forces, that ended up invading it, and demanded a ransom not to ransack the city. Ildefonso Pereira Correa, Baron of Cerro Azul, who was murdered later, succeeded paying it. The purpose of this publication is to try to explain the reasons why some sectors of Paraná society joined up with the Federalists.

## 1. INTRODUÇÃO

O campo de pesquisa desse trabalho é a sociedade paranaense nos primeiros anos da República. O tema a ser tratado diz respeito às razões que levaram alguns setores da mesma a aderir à Revolução Federalista.

Nessa época (última década do século XIX), a instalação do regime republicano nos diversos Estados do Brasil deu-se de maneiras adversas. O embate pelo poder acontecia, em termos nacionais, entre civis, hegemonicamente representados pelos cafeicultores paulistas, defensores da manutenção do modelo agrário-exportador, mas calcado na autonomia dos Estados; e pelos militares, que, apesar das divergências Exército-Marinha, defendiam a centralização política, ampliação dos efetivos e uma vaga noção de nacionalismo. No Rio Grande do Sul, as divergências intensificaram-se com a volta de Gaspar Silveira Martins, ex-conselheiro do Império, be-

neficiado por medida do Marechal Deodoro, anulando a expulsão dos monarquistas. Quando do seu desembarque no Rio de Janeiro em 1892, Silveira Martins passou a fazer severas críticas tanto ao Marechal Floriano, presidente da República à época, como ao positivista gaúcho Júlio de Castilhos, presidente do Rio Grande do Sul, propondo a instalação de uma república parlamentarista aos moldes do Império. Do Rio de Janeiro, Silveira Martins seguiu para o Rio Grande do Sul, onde montou o Partido Federalista, que apesar do nome, defendia um poder central forte; dando início à oposição ao Partido Republicano Rio-Grandense liderado por Júlio de Castilhos, que acabou recebendo apoio de Floriano. A tensão política resultou na perseguição dos federalistas, que acabaram, em 1892, refugiando-se no Uruguai.

Com o advento da “Revolta da Armada”, os federalistas começaram a se aproximar da Marinha, uma vez que as duas facções passaram a ter um inimigo comum: Floriano. Desde o início da Federalista, os revoltosos insistiram em nominá-la “Revolução”, não cabendo aqui entrar no mérito da denominação, fruto de óbvio entusiasmo por parte dos “maragatos”. Porém se adotássemos o conceito, proposto pelo sociólogo britânico J. S. Erös, de *revolução* como sendo:

*“Mudanças súbitas e radicais nas condições sociais e políticas, i. e., a substituição brusca e violenta de um governo legalmente constituído assim como de uma ordem social e jurídica) por outro governo.” (ERÖS, 1987, p. 1075)*

chamaríamos a Federalista de *revolta*, assim como a da Armada, pois para o cientista político italiano Gianfranco Pasquino:

*“A Revolução se distingue da rebelião ou revolta, porque esta se limita geralmente a uma área geográfica circunscrita, é, o mais das vezes, isenta de motivações ideológicas, não propugna a subversão total da ordem constituída, mas o retorno aos princípios originários que regulavam as relações entre as autoridades políticas e os cidadãos, e visa à satisfação imediata das reivindicações políticas e econômicas.” (PASQUINO, 1991, p. 1121)*

Entendido tais conceitos, vemos que os dois grupos antagônicos digladiavam-se dentro da política oligárquica; de um lado, os republicanos, defensores do desenvolvimento econômico geral, com o apoio dos empresários, pequenos comerciantes e agricultores e do Exército; e de outro, os federalistas, defensores da república parlamentar liberal, com o apoio dos pecuaristas do interior.

Gaspar Silveira Martins havia sido deposto quando da proclamação da república em 1889; já Júlio de Castilhos assumiu o cargo de secretário do governo estadual, sob a chefia do Visconde de Pelotas; positivista convicto, acreditava inaugurar uma nova fase na política rio-grandense, transformando as velhas práticas político-administrativas. Em 1891, ele próprio redigiu a nova constituição estadual, uma carta extremamente autoritária, atribuindo ao presidente do Estado poderes extraordinários

os, tais como: nomear seu vice, reeleger-se, atribuir papel meramente deliberativo ao legislativo estadual, voto descoberto; visava criar no Rio Grande do Sul uma “ditadura republicana” nos moldes ditados por Augusto Comte. Seus adeptos passariam a ser chamados de “republicanos”.

A oposição não tardou a se organizar, principalmente sob a liderança de Silveira Martins, que retornava do exílio e passava a criticar sistematicamente o *castilhismo*, eram os “federalistas”, que na verdade, aglutinavam as mais variadas colorações políticas, mas unidas no combate a Castilhos.

A reviravolta viria quando Castilhos apoiara o malogrado golpe de Deodoro e com a subida de Floriano acabaria sendo deposto. No entanto, os revezes da política fizeram com que o *Marechal de Ferro* retrocedesse e o reconduzisse ao poder diante do mal maior que era S. Martins.

O impasse estava criado: pois as duas facções passaram a se confrontar, e, com o beneplácito de Floriano, os republicanos assenhoraram-se do poder em fins de 1891 e começaram a perseguir os federalistas, que fugiram para o Uruguai a fim de organizar-se militarmente, e a partir de fevereiro de 1893 iniciaram as invasões ao Rio Grande do Sul.

Em razão da influência uruguaia, os federalistas passaram a ser chamados de “maragatos”, termo pejorativo no Rio Grande que designava “pessoa desqualificada”. Sua origem é controversa, mas a hipótese mais aceita faz retroceder a uma região na Espanha, *La Maragataria*, região povoada durante a dominação moura por berberes da região do *Maragath*, no Egito. Tal designação era comum entre os uruguaios, onde o *maragato* era aquele que usava bombacha e um lenço vermelho amarrado no pescoço. Já os republicanos passaram a ser chamados de *pica-paus*, em razão do uniforme azul e do coque vermelho.

Foram trinta e um meses de combates entre as duas forças. Como já foi visto, os federalistas contavam com o apoio dos entanceiros gaúchos, destaque para Gumercindo Saraiva; do lado dos republicanos, além do respaldo de Floriano, destaque para Pinheiro Machado. Em termos ideológicos, a luta foi mais anticastilhista do monarquismo versus republicanismo propriamente ditos. Foi somente com a Revolta da Armada que o movimento deu uma guinada mais monarquista.

Em setembro de 1893, eclodiria a Revolta da Armada, na qual a esquadra comandada pelo almirante Custódio de Mello, apoiada pelo diretor da Escola Naval, Saldanha da Gama, rebelaram-se contra Floriano, alegando inconstitucionalidade. Os rebeldes chegaram a ocupar a Ilha do Desterro (atual Florianópolis), onde montaram um governo, e, aliados aos federalistas conceberam o plano de invasão do Paraná por três frentes: Paranaguá, que foi rendida em janeiro de 1894 face à superioridade bélica dos comandados de Custódio de Mello; Tijucas do Sul, que também não conseguiu oferecer resistência à altura das tropas de Gumercindo Saraiva; já na Lapa, o cel. Gomes Carneiro, diante da ausência do envio de reforços, mostrou a mais séria resistência das três frentes: por quase um mês ofereceu obstáculo ao cerco maragato (“Cerco da Lapa”), mas veio a falecer em combate e a cidade acabou caindo em mãos federalistas.

Diante dessa ofensiva, o governador do Estado do Paraná, Vicente Machado,

transferiu a capital para Castro, deixando Curitiba à mercê das forças de Gumercindo Saraiva, que acabou invadindo-a e exigindo um resgate para não saquear a cidade, a missão de juntar o dinheiro foi levada a cabo por Ildefonso Pereira Corrêa, Barão do Cerro Azul.

Quando se achava que a vitória dos federalistas era inevitável, Floriano conseguiu organizar a contra-ofensiva, obtendo importantes vitórias sobre os revoltosos da Armada, abalando a confiança dos maragatos em terra, que acabaram recuando suas posições no Paraná. O revés da retomada legalista em território paranaense foi marcada pela execução do referido Barão no quilômetro 65 da estrada de ferro Curitiba-Paranaguá, sob ordem de Vicente Machado e do comandante militar Ewerton Quadros. A vingança legalista seria cruenta nos três Estados.

Os conflitos armados no Rio Grande do Sul foram resolvidos apenas no governo de Prudente de Moraes, em 1895, com uma debandada de dez mil maragatos para o Uruguai e um saldo de doze mil mortos.

## 2. DESENVOLVIMENTO TEÓRICO

As sedições têm sido objeto de estudo nas recentes produções historiográficas, tanto nacionais como estrangeiras. Isto se deveu muito tanto por influência da própria historiografia francesa, com suas análises demográficas e sócio-econômicas, como pela inglesa de cunho marxista, que buscaram nas sublevações, nos motins, nas revoltas e nos movimentos revolucionários, captar um momento importante de manifestação das percepções culturais da população.

Dessa forma, estabelecer uma tipologia única para tais eventos seria reduzir manifestações concretas em modelos estereotipados de explicação; pois cada um possui características próprias e fazem parte de um contexto histórico específico; a própria crítica às fontes é de difícil estabelecimento, pois muitas vezes acabam sendo os documentos ligados à repressão empreendida pelo aparato estatal e o historiador deve tomar um cuidado imenso com as deformações decorrentes dos mecanismos de dominação social.

Com essa preocupação, ao incorrer na tentativa de resgatar as razões que levaram alguns setores da sociedade paranaense a aderir à Revolução Federalista, tentaremos fugir das armadilhas da história regional tradicional, que procura efetuar uma homogeneização no imaginário paranaense, onde todos são herdeiros dos *heróis do cerco da Lapa*, ou da *justa execução do Barão do Cerro Azul*. Na verdade, a idéia que nós paranaenses possuímos do referido cerco só serve para universalizar os grupos dominantes, aquilo que Walter Benjamin chamou de cortejo triunfal, a idéia que a classe dominante faz de si mesma e passa a ser aceita por todos os grupos sociais. O que Marilena Chauí classificou por senso comum:

*“ (...) ela (a ideologia) se populariza, torna-se um conjunto de idéias e valores concatenados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade que realize estas*

*idéias e estes valores (...) ou seja, o momento essencial da consolidação social da ideologia ocorre quando as idéias e valores da classe emergente são interiorizadas pela consciência de todos os membros não dominantes da sociedade” (CHAUÍ, 1984, p. 108).*

Com relação à historiografia marxista recente, nos ateremos, metodologicamente, dentro do nosso tema, a duas obras capitais: *Tradición, revuelta y consciéncia de clase; estudios sobre la crisis de la sociedade preindustrial* (sem tradução para o português) de autoria de Edward P. Thompson e *Bandidos* de Eric J. Hobsbawm.

Para escrever tal livro, Thompson sofreu influência direta de George Rudé e seu *A multidão na história*, onde ele mostra que a violência perpetrada por grupos populares na Europa entre 1730 e 1848 não era de graça, mas sim calcada em um senso moral, noção muito cara a Thompson, tanto que no seu referido livro ele elabora uma idéia de economia moral, mostrando que as revoltas inglesas contra a fome durante o século XVIII foram manifestações com pouca consciência de si mesmas, no entanto, reações positivas contra a carestia e o abuso de alguns preços praticados.

Já para Hobsbawm, o banditismo é um fenômeno histórico ímpar, e, apesar dessas pessoas atacarem a propriedade particular, são consideradas heróis pelos setores mais baixos da sociedade, geralmente comunidades camponesas. O autor adverte para não generalizar e achar que os bandidos sociais não são estritamente *Robins Hoods*, que tiram dos ricos para dar aos pobres, porque eles não fazem isso. Na verdade, a admiração popular nasce do fato deles serem também frutos de uma situação social de opressão e de marginalização política, bipolarizada entre o grande proprietário rural e a massa campesina, e perpetuada por um serviço público ineficaz; no entanto, o bandido social abre uma *terceira via* de sobrevivência, rebelando-se contra esse estado de tirania, acabando sendo endeusado pelos pobres e temido pelos ricos. Segundo o autor, ocorreram várias manifestações de banditismo social no mundo: os *haiduks*, nos Balcãs; os *dacoits*, na Índia; os *brigantes*, na Itália; os *bandoleros*, no Peru e os *cangaceiros*, no Brasil. Cabe a indagação: até que ponto os revolucionários federalistas, tomando como um exemplo os homens de Gumercindo Saraiva, não possuíam características de bandidos sociais?

Em termos de historiografia brasileira, o livro de José Murilo de Carvalho, *Os Bestializados, o Rio de Janeiro e a República que não foi*, é fundamental para nosso trabalho, justamente por tratar de um movimento sedicioso, a Revolta da Vacina, como o próprio título indica, é analisada a própria Capital Federal na Primeira República, levando em conta a modernidade, o republicanismo e os impasses desse projeto político em termos de Brasil e as imposições disciplinares da sociedade burguesa e as manifestações populares a essas mesmas imposições.

Outra obra importante para nossa temática é o livro de Sandra Jatahy Pesavento, *A Revolução Federalista*; a autora é riograndense, professora do Departamento de História da UFRS e esse seu livro teve circulação nacional por ter sido publicado pela Editora Brasiliense, na coleção *Tudo é História*. Por não se tratar estritamente de uma tese acadêmica, a autora procura, oportunamente, encaixar o Movimento Federalista dentro do jogo de poder da República Velha e aos interesses econômicos

da oligarquia *estancieira* do Rio Grande do Sul.

Por fim, duas outras obras da recente produção historiográfica paranaense acadêmica do Departamento de História da UFPR são fundamentais para o desenvolvimento teórico do nosso trabalho: a dissertação de mestrado do professor Magnus Roberto de Mello Pereira, *Fazendeiros, Industriais e não morigerados; ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense (1829-1889)*, e o livro do também professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, *História da Alimentação no Paraná*, originalmente apresentado ao concurso de professor titular em História do Brasil do referido Departamento com o título *Alimentar o Paraná Província: a formação da estrutura agro-alimentar*.

Apesar de tais trabalhos não se aterem a movimentos sediciosos, eles são essenciais para contextualizar historicamente a sociedade paranaense durante o século XIX, base de nossa hipótese de trabalho.

Nessa obra, Magnus utilizou a legislação urbana como fonte primária, procurando comprovar a importância de tal ordenamento na configuração de uma sociedade urbano-industrial no Paraná, mais ainda, como que a predominância econômica da erva-mate durante o século XIX condicionaria uma industrialização autônoma, diferente do processo de substituição de importações de São Paulo, por exemplo. Magnus procurou comprovar, com competência, a mudança de uma sociedade eminentemente agrário-pastoril e rural para uma industrial e urbana, decorrente da tecnificação do mate e dos recursos advindos de sua exportação propiciaram o surgimento de uma burguesia ervateira, que buscou afirmar sua hegemonia política sobre a *Aristocracia dos Campos Gerais*, “rearticulando em seu benefício o conjunto das relações sociais da região”.

O livro de Carlos R. A. dos Santos tem seu foco de análise voltado ao século XIX, particularmente sobre a política empreendida pelo governo do Estado em promover a colonização agrícola, baseada na pequena propriedade familiar:

*“A missão levada adiante, principalmente pelos presidentes Lamenha Lins e Taunay, partia da constatação de que um projeto de modernidade e desenvolvimento para o Paraná passava obrigatoriamente por uma sutil estratégia, preconizada por uma dupla ação: de um lado, implementar a colonização imigrante e, de outro, acelerar diretrizes na busca da emancipação dos escravos. (...) E dentro desse projeto, a formação de uma estrutura agro-alimentar representava papel essencial, pois, como já foi dito, o sistema de colonização inaugurava nova forma de propriedade (a pequena produção), nova unidade econômica (a família), novo tipo de relação de produção (o campesinato autônomo e o Estado) e novo padrão de produção (através das técnicas trazidas pelos imigrantes estrangeiros)”. (SANTOS, 1995, p. 73)*

Com efeito, entender o estabelecimento das colônias agrícolas no Paraná no decorrer do século passado é entender também as origens do proletariado paranaense e a manutenção do nível dos salários. O autor nos mostra ainda a amplitude do proje-

to modernizador encetado no Paraná, “integrando-se ao contexto da economia brasileira e no projeto capitalista de Economia-Mundo: inicialmente através da economia pecuária e, após, na segunda metade do século XIX, através da exportação do mate”. (Página 92)

O presente trabalho procura utilizar o arcabouço teórico-metodológico proposto por Antônio Gramsci em sua obra *Maquiavel, a política e o Estado Moderno*. Para tanto, partimos da sua concepção de Estado:

*“O complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não só justifica e mantém seu domínio, mas também consegue obter o consentimento ativo dos governados”.* (GRAMSCI, 1991, p. 87)

Ao adotarmos tal referencial teórico, passamos a entender a Revolução Federalista como sendo uma *crise orgânica das classes fundamentais*:

*“Num determinado momento de sua da sua vida histórica, os grupos sociais se afastam dos seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais com uma determinada forma de organização, com determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como expressões próprias da sua classe ou fração de classe. Quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de poderes ocultos representados pelos homens providenciais ou carismáticos. (...) A crise cria situações imediatas e perigosas, pois as diversas camadas da população não possuem a mesma capacidade de orientar-se rapidamente e de se reorganizar com o mesmo ritmo. A classe dirigente tradicional, que tem um numeroso pessoal preparado, muda homens e programas e retoma o controle que lhe fugia, com uma rapidez maior do que a que se verifica entre as classes subalternas”.* (GRAMSCI, 1991, pp. 54 e 55)

### 3. HIPÓTESE DO TRABALHO

Partimos da hipótese de que a parcela da sociedade paranaense que aderiu aos revolucionários federalistas possuía vínculos monarquistas.

Dois pontos ajudam a subsidiar essa hipótese, o primeiro é que tal parcela era composta, majoritariamente, por setores oligárquicos envolvidos com a atividade pecuária (aqueles que Magnus R. M. Pereira chamou de *Aristocracia dos Campos Gerais*) e era caracterizada pelo conservadorismo e pelo afastamento do debate travado nacionalmente sobre a crise da Monarquia e o Republicanismo; o segundo é que tais vínculos monarquistas davam-se por razões econômicas originadas na própria atividade pecuária. Seu capital era essencialmente comercial e não conseguia amealhar condições para promover aumentos tanto na produção, como na tecnificação (o que já havia ocorrido com a atividade ervateira), e, conseqüentemente, na capacidade de aumentar seu capital e reinvestir na sua capacidade produtiva. Sob essas condições, a



*Aristocracia dos Campos Gerais* não conseguia enxergar, devido ao seu “conservadorismo genético”, que sua decadência decorria muito mais da própria crise do modelo agrário-exportador do Império do que do advento da República, propriamente dita, mas ao contrário, acreditava que a República era um regime que punha em risco seu mando.

Destarte, uma parcela dessa categoria social passou a ver na Revolução Federalista uma possibilidade de restauração da velha ordem social dos tempos de seu apogeu.

Esse tema é uma lacuna na historiografia paranaense em um episódio tão conturbado e explicado ainda de forma tão tradicional.

#### 4. CONCLUSÃO

Como foi visto anteriormente, a Revolução Federalista foi, na verdade, o ápice do confronto de dois grupos economicamente ativos, tanto no Rio Grande do Sul como no Paraná; de um lado, os *Republicanos*, representantes de uma pequena burguesia urbana e de outro, os *Federalistas*, representantes de uma aristocracia campeira, ou seja, nosso episódio em tela não se caracterizou como sendo um movimento de protesto popular. Dessa forma, não poderíamos adotar os modelos explicativos adotados pela história social britânica, vistos anteriormente nas obras de Thompson (“economia moral”) e Hobsbawm (“movimentos pré-políticos”), nem nas *foules revolutionnaires* propostas por Georges Lefebvre dentro da corrente francesa dos *Annales*.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARNEIRO, David. O cerco da Lapa e seus heróis; antecedentes e conseqüências da Revolução Federalista no Paraná. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991.
- CARVALHO, José Murilo. Os bestializados; o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Militares e civis num governo sem rumo; o governo provisório revolucionário no sul do Brasil, 1893-1894. Florianópolis, UFSC, 1990.
- CORREIA, Leôncio. Barão do Cerro Azul. Curitiba: Dicesar Plaisant, 1942.
- DOURADO, Ângelo. Voluntários do martírio; narrativa da Revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1992.
- ERÖS, J. S. Revolução. In: Dicionário de Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1987.
- ESCOBAR, Wenceslau. Apointamentos para a história da revolução rio-grandense de 1893. Brasília: UNB, 1983.

- FERRAZ JR, Tercio Sampaio. A constituição republicana de 1891. In: Revista da USP. São Paulo: USP, n. 3, 1989.
- FLORES, Hilda A. H. (org.) Revolução Federalista. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1993.
- FLORES, Moacyr & FLORES, Hilda A. H. Rio Grande do Sul; aspectos da revolução de 1893. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1993.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel; a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- \_\_\_\_\_. Poder, política e partido. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- HOBBSBAWM, Eric J. Bandidos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.
- \_\_\_\_\_. Rebeldes primitivos. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- KONDER, Leandro. Walter Benjamin; o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
- KOTHE, Flávio R. Para ler Benjamin. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.
- LOVE, Joseph L. O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- MURICY, José Cândido da Silva. A revolução de 93 nos Estados de Sta. Catarina e Paraná; memórias. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1946.
- PASQUINO, Gianfranco. Revolução. In: Dicionário de Política. Brasília: UnB, 1991.
- PEREIRA, Magnus R. M. Fazendeiros, industriais e não morigerados. Curitiba, dissertação de mestrado (mimeografada), Departamento de História, UFPR, 1989.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. A Revolução Federalista. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- POMBO, José Francisco da Rocha. Para a história; notas sobre a invasão federalista no Estado do Paraná. Curitiba: Prefeitura Municipal/Fundação Cultural, 1980.
- SANTOS, Carlos R. A. História da alimentação no Paraná. Curitiba, Farol do Saber, 1995.
- SCHLESENER, Anita H. Hegemonia e cultura: Gramsci. Curitiba: UFPR, 1992.
- SEVCENKO, Nicolau. A república enclausurada. In: Revista da USP. São Paulo: USP, n. 3, 1989.
- THOMPSON, Edward P. Tradición, revuelta y consciencia de clase. Barcelona: Crítica, 1979.
- VERNALHA, Milton Miró. Maragatos X Pica-Paus. Curitiba: Lítero-Técnica, 1984.